

Democratização da Educação em Nível Escolar

Lisandre Maria Castello Branco



Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

Democratização da Educação em Nível Escolar

Lisandre Maria Castello Branco

No que se segue, refletiremos sobre a idéia de democratização da escola básica, tendo como referência um texto absolutamente fundamental sobre o tema: “Democratização do ensino: vicissitudes da idéia no ensino paulista”, do Prof. José Mário Pires Azanha.¹ A idéia mais importante que o referido texto nos deixa é a de que só é possível falar em ação democratizadora depois que garantirmos o acesso de toda população escolarizável ao sistema de ensino fundamental.

Quero dizer que não discutirei o que é democracia, o que são políticas educacionais democratizadoras. Eu vou pensar na ação democratizadora com o aluno já tendo acesso ao sistema educacional em nível fundamental.

Então podemos começar a conversar. Esta experiência de ter na escola a população escolarizável é relativamente recente. Atualmente, todos acima de 37 anos de idade que passaram regularmente pela escola foram submetidos ao exame de admissão ao ginásio. Quem tem menos de 37 anos de idade é beneficiário da medida que, num primeiro momento, eliminou o exame individualizado de admissão ao ginásio que cada escola fazia e, que, portanto, definia o perfil do aluno que desejava; de acordo com o grau de dificuldade que este exame continha ficava definido o perfil de aluno que aquela instituição escolar desejava. Por que eu estou insistindo neste ponto? Porque mesmo os menores de 37 anos de idade ouviram as pessoas com mais de 37 anos falar que houve um tempo em que neste país existia uma escola pública de alto nível. Seria tal afirmação verdadeira?

Ainda que nossos pais nos digam que a escola pública que freqüentaram era de boa qualidade, caberia uma nova pergunta: era uma escola democrática? Pois é. Nós estamos falando em democratização da educação em nível escolar. Essa escola que cursaram, era uma escola democrática?

Se considerarmos que o ensino fundamental é antes de tudo o que diz a Constituição Brasileira que ele é, ou seja, destinado a toda população escolarizável do país na faixa de 7 a 14 anos de idade, o exame de admissão ao ginásio era uma barreira ao

¹ AZANHA, J. M. P. (1987) - In: **Educação: alguns escritos**. São Paulo: Editora Nacional.

cumprimento desse artigo constitucional. Porque antes da medida que suprimiu os exames de admissão ao ginásio o número de vagas disponíveis para fazer ginásio era muito menor que o número de candidatos ao exame de admissão. Na administração Ulhôa Cintra,² passou-se de cerca de 500 escolas em 1966 para 1.500 escolas, em 1969. Isto significa que existia uma demanda três vezes maior que o número de vagas? Não apenas três vezes maior: a situação era pior ainda.

As antigas escolas, os antigos ginásios funcionavam em dois períodos. Com a padronização dos exames de admissão, que ocorreu primeiro e, depois, com a supressão dos exames de admissão, estas mesmas escolas, que foram triplicadas em número, passaram a funcionar em até 5 períodos. O que significa que para cada aluno admitido ao sistema educacional se deixava de fora, 10, 12 e até 15 alunos. Isto é democrático?

A supressão dos exames de admissão é um marco importante na busca da democratização do ensino. Os comentários que muitas vezes ouvimos sobre a o ensino de qualidade que teria havido neste país são o resultado de uma idéia saudosista, mais do que da existência efetiva de um sistema de ensino público abrangente e de qualidade. Realmente esta escola que nossos pais freqüentaram, que muitas das pessoas com mais de 37 anos de idade cursaram, era uma escola melhor, mas melhor para poucos. Cada um de nós que cursou esta escola deixou, pelo menos 10, 12 brasileiros mutilados como cidadãos, privados do seu ensino fundamental. Por quê? Porque o próprio sistema preconizava uma barreira, e esta barreira funcionava tão bem, de tal modo, que o sistema particular de ensino - que teve a sua demanda aumentada a partir do momento que se passou a considerar a Escola Pública incapaz de dar a formação adequada à clientela de classe média e alta-, só copiou o que o sistema público fazia.³

Agora talvez seja o caso de se perguntar: essas escolas públicas tão faladas eram boas por quê? Por que tinham um projeto pedagógico de alto nível, um corpo docente dedicado ao ensino, à formação e à instrução, seus professores recebiam salários dignos, ou porque acima de tudo este sistema educacional fazia uma seleção brutal da clientela?

Porque os alunos eram brutalmente selecionados. O tipo de aluno que eu costumo dizer que, se o professor não atrapalhar, vai muito bem, e eram alunos desse tipo que garantiam a excelência do sistema público de ensino de que tanto se fala. Fazendo um esforço podemos contar uma meia dúzia dessas grandes escolas, das quais o Brasil tem

² Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (1967-1970).

³ Faço referência aos, ainda hoje existentes, vestibulinhos e exames de seleção praticados pelas escolas particulares para “escolher” sua clientela escolar.

saudade. Tanto quanto ninguém tem o pai, a mãe, o filho, a mulher ou até mesmo o marido que desejava, ou seja, nós não temos nada no plano do ideal, nada no mundo da fantasia, temos sim a realidade, temos saudade de alguma coisa que nunca existiu. E entender um pouco isso pode ser muito mais interessante do que buscar-se recuperar alguma coisa que efetivamente não existiu.

É importante analisar como o sistema educacional tem-se comportado em relação às propostas que têm sido feitas, a partir da década de 60, para garantir o acesso e a permanência da população escolarizável brasileira. Conforme está mencionado no texto supra-referido (Azanha, 1987), “a simples profissão de fé democrática não divide os homens” (p.26). Poderíamos até fazer, por brincadeira, a pergunta: Há alguém que seja contra a democratização do ensino? Em não havendo, o que vai acontecer? Quando formos praticar a educação democratizadora cada um de nós seguirá por um caminho. Porque cada um de nós tem um pensar sobre o que é fazer um trabalho educacional com vistas a garantir à população de 1o. grau o acesso e a permanência em séries subseqüentes ao longo de 8 anos.

A primeira reação do professor que estava na rede pública de ensino naquele momento, no final dos anos 60, em relação à padronização e depois à supressão do exame de admissão ao ginásio foi devastadora; os índices de reprovação chegaram à casa dos 70% na 5a. série, fato este que provocou uma reação da Secretaria da Educação. O texto já citado refere-se a este episódio ao relatar a providência da Secretaria de Educação de atribuição de pontos ao professor mediante o percentual de aprovação de seus alunos. Os professores admitidos em caráter precário, ou seja, os não efetivos, só eram recontratados caso tivessem aprovações na casa dos 70%, ou seja, aceitava-se um índice de reprovação máximo de 30%.

Atualmente, notícias de variadas fontes continuam a fazer menção aos altos índices de evasão e da repetência escolar no ensino brasileiro. Esta questão permanece importante. Há um credo - tão difundido quanto à idéia de que tivemos uma escola pública de alto nível - de que temos uma população escolar flutuante, o que quer dizer que a capacidade de o aluno permanecer no sistema é muito instável, ele desiste. Crê-se nisso.

O falecido Prof. Sérgio Costa Ribeiro resolveu estudar esta questão. Para tanto, usou um modelo matemático-estatístico chamado pró-fluxo. Suas pesquisas demonstraram que não há evasão, mas sim repetências absurdas.⁴ Ainda nesta direção - buscando

⁴ Vide: RIBEIRO, Sérgio Costa. **A Pedagogia da repetência**. Revista da Fundação Carlos Chagas. Jul./Dez.1984, n. 4.

demonstrar que a capacidade do aluno de permanecer no sistema não é instável - é interessante conhecer o trabalho de pesquisa de Mestrado,⁵ de TEIXEIRA (1994), que vai ao encontro da tese do Prof. Sérgio Costa Ribeiro no sentido de demonstrar o esforço realizado pela clientela da escola pública para permanecer no sistema de ensino, mesmo sendo vítima de insistentes reprovações.

Porém, quais são os fatos que originaram tal crença, a de que o aluno é pouco interessado no seu processo de escolarização? Por exemplo, o projeto do Ciclo Básico que foi instituído no sistema público de ensino há cerca de 10 anos, tinha, dentre as principais medidas preconizadas, uma principal, que não permite que o aluno da 1a. série seja reprovado. Ele tem, portanto, a garantia da aprovação automática na 2a. série. De tal modo que um aluno não poderá ser matriculado duas vezes subsequentes na 1a. série; se seu nome consta na lista de alunos da 1a. série em 1997 terá que, obrigatoriamente, constar na lista de alunos da 2a. série em 1998.

Porém, o que o sistema de ensino pratica? O sistema pratica algo surpreendente, que não deixa ninguém de “cabelo em pé” como o recente problema dos precatórios, dentre outros, porque o que é praticado dentro do sistema de ensino - no qual militamos e trabalhamos com valores muito superiores a títulos públicos - é feito com pessoas, com vidas humanas. Refiro-me ao que acontece quanto à seleção quase imediata, realizada pelas professoras de 1a. séries, daqueles alunos que serão reprovados e dos que serão aprovados. Elas têm um “olho clínico” fantástico! Ao entrar em sala de aula e “bater o olho” no alunado são capazes de, rapidamente, fazer uma lista dos alunos com possibilidade de aprovação e os alunos com destino à reprovação. E até apostam com você que aquilo vai dar certo, justificando o fato em sua experiência e no conhecimento que têm de como as “coisas funcionam”...

Na própria Universidade é possível verificar-se o resultado da seleção anteriormente referida observando-se o número de negros ingressantes. Também na Escola de Aplicação da Faculdade de Educação foi realizada uma pesquisa, por uma orientanda minha,⁶ na qual se mostra, por meio de fotos, o branqueamento do alunado ao longo do processo de escolarização. Cerca de 2/3 dos alunos da 1a. série são negros e só há um negro no 3º. colegial.

⁵ TEIXEIRA, Beatriz Bastos. **Educação como valor: outras razões da escolarização**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1994.

⁶ CARVALHO, Fernanda da Costa Guimarães. **Criatividade e repressão: um estudo sobre as práticas pedagógicas**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1997.

O que se pretende mostrar com estes exemplos é como acontece esta “mágica” que o professor faz, descobrindo previamente quem será aprovado e quem será reprovado. Se olharmos com a devida atenção aquela lista de alunos perceberemos que sujeitos à reprovação estão, “por coincidência”, os alunos negros e pobres.

Identificar sinal de pobreza é muito fácil; a tal ponto isto foi facilmente encampado que as primeiras explicações sobre os índices alarmantes de reprovação foram explicações originárias das conseqüências da pobreza. A primeira explicação sobre a questão do fracasso escolar formulada e veiculada pelo sistema foi a seguinte equação: *Pobre é subnutrido, subnutrido é deficiente mental*. Se eu consigo num primeiro olhar identificar os sinais externos da pobreza e tenho esta equação pronta só falta acrescentar ao seu final: reprovado. Eu vou fazer algum esforço pedagógico com uma criança que eu olho para ela e leio tudo isso

Entretanto, é necessário refletir sobre a verdade ou falsidade dessa equação. A pobreza brasileira, segundo pesquisa da O.M.S. (Organização Mundial da Saúde) sobre a alimentação dos povos mais pobres do planeta, é uma pobreza que tem como peculiaridade comer pouco, comer apenas o que seu pouco dinheiro pode comprar. Porque o nosso pobre come certo, diferente de outras populações, como as do Oriente Médio. O que verificou a O.M.S.? Verificou que os hábitos alimentares dos brasileiros, de norte a sul e de leste a oeste, são hábitos extremamente saudáveis. Sua alimentação consiste de arroz com feijão ou feijão e farinha, a carne de sol ou peixe, ou outra criação e ovos, a banana, o tomate. Nesta variação temos carboidratos, proteína e vitaminas, ou seja, no cardápio do brasileiro o que falta é quantidade, não sendo necessário mexer no prato deste cidadão.

Voltando à equação citada acima, convém perguntar: a subnutrição provoca deficiência mental? A resposta é: pode provocar, mas existem diferentes níveis de subnutrição, a leve, a moderada e a grave.

A subnutrição leve produz um sujeito que é o mais baixo e mais leve dentre os colegas de sua faixa etária, ou seja, quem não come o suficiente não cresce o que poderia crescer, ficando nanico. Se for feita uma dieta suplementar que garanta o “a mais” que faltou em sua alimentação, ele recupera, se ainda estiver em fase de crescimento, peso e altura, ficando assim um sujeito normal.

Quanto à subnutrição moderada, neste caso, além do sujeito ser o mais leve e o mais baixo de seu grupo etário, ele tem outras complicações físicas, como: crescimento anormal de dentes e unhas, problemas de pele que dificultam a cicatrização, etc. Esta criança passa a desenvolver um quadro de imunodeficiência, o que significa que sua

probabilidade de adquirir doenças contagiosas aumenta, porque ele tem menor resistência aos agentes patogênicos. No entanto, tais lesões têm reversibilidade.

É somente o subnutrido grave que desenvolverá o que chamamos de pneumatose cerebral, popularmente chamada “cabeça de vento”. Este sim, é o sujeito gravemente comprometido pela subnutrição e que apresenta deficiência mental juntamente com um grave quadro de imunodeficiência.

Porém, por que estamos falando disso? Porque ainda se acredita que subnutrição, qualquer que seja, cause deficiência mental.

Nosso país é, ainda hoje, um dos campeões mundiais de mortalidade infantil. Naturalmente, as crianças que morrem primeiro são os subnutridos graves. Estes, porque têm um índice alto de imunodeficiência, são vítimas de gastroenterocolites e problemas respiratórios e, também, de complicações de doenças infantis, como sarampo. Estas mortes certamente seriam evitadas com cuidados nos vários momentos da história desta criança em seus cinco primeiros anos de vida.

Pode-se afirmar, portanto, que a fome e a pobreza são sérios problemas brasileiros, mas as crianças afetadas pela fome e pela pobreza não estão na escola, elas estão engrossando os índices de mortalidade infantil. Insistimos em que são problemas graves sim, de natureza política, econômica, social, e não de natureza pedagógica. Porque infelizmente tais crianças não compõem o quadro escolar. Aquelas que estão na escola são crianças que na pior das hipóteses, têm um índice moderado de subnutrição o que não afeta sua aprendizagem escolar. A justificativa de que a criança pobre é subnutrida e, portanto, quase sempre reprovada é falsa. Este tipo de justificativa ainda existe e é tolerado pelo sistema educacional.

Ainda abordando os aspectos que dificultam o processo de democratização da educação no Brasil - entendido como o acesso e a permanência da criança na escola -, temos a questão da repetência, a da criança que permanece, às vezes por dois, três anos na mesma série e é levada à desistência. Como isto acontece?

Um professor de Ciclo Básico verifica que uma criança, de acordo com seus padrões de exigência, não está apta a cursar a segunda série; então, ele pratica um ato de “solidariedade” humana chamando os pais dessa criança na escola para dizer-lhes, do seu lugar de autoridade, do grau mais alto: “Seu filho (a) não tem condição de acompanhar a segunda série. Se ele for” - como prescreve a lei- “promovido a 2a. série, ele não vai acompanhar, terá dificuldades, eu, se fosse a senhora, tiraria esta criança da escola para

voltar no outro ano na 1a. série, e aí então, aprender direitinho.” Histórias deste tipo são muito comuns.

O que se entende na maior parte das vezes é que esta professora é tão dedicada, tão séria no seu trabalho que, prevendo um tombo no segundo degrau - ela é adepta da teoria de que o tombo no primeiro degrau dói menos - promove uma reprovação por via escusas, pela única via possível. Porque eu só posso matricular o aluno outra vez na 1a. série se seu nome constar na lista de desistentes.

E não se pense que isto é feito na calada da noite; isto não é feito por má fé, não é feito como quem pratica um ato ilícito, é feito à luz do dia com ciência da direção da Escola, muitas vezes da própria D.E. (Delegacia de Ensino). Há uma tolerância a esta prática perversa e não ocorre à clientela da escola, aos pais, perguntar: “Mas senhora professora, já que ainda estamos em setembro, não dá para fazer um esforcinho e nestes meses que temos pela frente fazer com que a minha filha fique apta a frequentar a 2a. série?” Isto raramente ocorre.

No livro de Maria Helena Souza Patto, *A produção do fracasso escolar*,⁷ a autora conta, dentre outras, uma história interessante que é a seguinte: Uma criança de 3a. série, aos 9 anos de idade, que tinha, até então, uma escolaridade absolutamente regular, tem sua mãe chamada na escola e a professora dirige-se à mãe e informa, em tom confidencial, que sua filha tem “problemas”. A mãe agradece e diz esta frase: “Se a senhora não tivesse me dito eu não tinha percebido”.

Em momento algum, a mãe daquela criança de 9 anos, e não 9 dias, que estava na 3a. série, pensou em questionar a avaliação desta professora, indagando sobre que “problemas” são esses e qual sua origem, por que nunca se manifestaram antes em sua história de escolarização regular. É bem provável que a partir desta avaliação aquela criança venha, de fato, a ter “problemas”.

Insisto no fato de que as pessoas fazem coisas desta natureza de modo mais ou menos inconsciente; fazem-no porque acreditam que estão fazendo o bem, ou seja, no seu processo de formação não foram alertados, o suficiente, para questões fundamentais, tais como: que país é este no qual vivemos, como é a escola brasileira, quem são seus alunos, como é o ensino fundamental e quais são suas mazelas.

A questão da formação de professores é objeto de preocupação do sistema escolar há muito tempo. O que se tem feito com mais frequência nesta área? Os professores são

⁷ PATTO, Maria Helena Souza (1990). **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. SP: T.A. Queiroz.

convocados para cursos de treinamento e reciclagem - lixo se recicla, pessoas não - nos quais problemas gerais são discutidos e não questões pertinentes a cada escola e seu projeto pedagógico, e questões tais como as que discutimos neste momento não são temas abordados. Porque parece que questões como essas não fazem parte de uma grade curricular que compõe os cursos de Licenciatura. O que não é verdade, pois são questões possíveis de serem trabalhadas nas diferentes disciplinas da Licenciatura, em Psicologia, em Estrutura, em Didática e, desta forma, permitem aos alunos pensar a realidade na qual estão inseridos e na qual atuarão como profissionais. O que queremos dizer é que estas questões não são pertinentes a esta ou aquela disciplina, mas a uma certa concepção de Educação. E os absurdos cometidos em sala de aula só serão enxergados e deixarão de ser cometidos se o espaço de discussão de questões, que aponto acima, for democraticamente instalado nos cursos de formação de professores.

Fazendo uma retrospectiva breve do que aconteceu na escola pública nestes últimos 30 e poucos anos constataremos uma mudança da clientela. A partir da expansão de vagas, que ocorre com a supressão dos exames de admissão ao ginásio, muitos pais, de classe média e alta, não quiseram deixar seus filhos convivendo com crianças pobres e os colocaram em escolas particulares. Aliado ao abandono dos alunos de classes mais favorecidas socioeconomicamente há uma verdadeira campanha contrária à medida que suprimiu os exames de admissão e expandiu as vagas nas escolas públicas. Alega-se que a queda do nível de ensino seria inevitável. Desta campanha participam inúmeros intelectuais, inclusive da Universidade de São Paulo. Como bem disse Prof. Azanha (1987), em seu texto já referido, para uma grande parte da população escolarizável não houve queda de qualidade, mas sim um acréscimo, uma elevação, porque esta escola passou a atender uma clientela, até então, desatendida.

A população de melhor nível sócio-econômico retira seus filhos da escola e os coloca na escola particular, o que ocasiona um *boom* dessas escolas. No meio deste caminho, temos o “milagre econômico” dos governos militares, e como consequência desses fatos, o orçamento para a Educação destinado à manutenção das escolas, salários, etc., sofrerá uma dilapidação.

Em 1997, com o Plano Real e a redução da ciranda financeira, uma faixa da população, principalmente de classe média, teve seu poder aquisitivo diminuído e está voltando para a Escola Pública, mas este retorno não se deu motivado por uma crença na Escola Pública, e sim por questões econômicas; então, esta volta é vivida com frustração,

ressentimento, irritação, piorada pelo fato de encontrar uma escola falida, a qual abandonaram anos atrás.

Apesar do sinal de alerta anunciando a queda do poder aquisitivo da classe média ano após ano, sentido no bolso da população, a Escola Pública não se preparou para a volta desta população e, chegamos em 1997, com uma demanda de alunos para o 1o. grau muito maior que a oferta de vagas. E a justificativa da Secretaria da Educação para o grande número de crianças que ficarão fora da escola é alegar que são “imatuross”, e tanto quanto se acredita na equação discutida anteriormente sobre uma provável relação entre subnutrição e deficiência mental, acredita-se nesta idéia de maturação, e este é ainda um conceito que só os “iniciados” usam entre si. Assim, o uso de tal conceito afasta os leigos do questionamento, a Dona Maria da Silva, por exemplo, não passará o recibo de que não entendeu o que é “imaturor”. Mas como amadurece uma criança para a escola? Uma criança não é como um abacate, porque abacate é fácil de perceber quando está maduro ou não e também é bem fácil de fazer amadurecer. E não sendo abacate, como descubro se uma criança está madura ou não? Consideramos que a melhor forma de uma criança amadurecer para a escolarização é estar na escola. Mas a Secretaria da Educação talvez não concorde com isto.

Artimanhas deste tipo não são criadas aleatoriamente, têm a intenção de omitir a incapacidade de o sistema público de ensino absorver a população escolarizável no estado mais rico do Brasil. Se todos saírem da escola particular, como será?

As escolas públicas poderiam triplicar, mas não foi o que aconteceu com o número de escolas e hoje temos perto de 7.000 escolas no Estado de São Paulo. Em 1969, eram 1500, em 1967 eram 500 e em 1997 aproximadamente 7.000. O crescimento não foi proporcional, a rede privada de ensino sim, cresceu surpreendentemente. Mesmo com todas as luzinhas piscando - alertando para o empobrecimento da classe média - o sistema não se preparou para o que fatalmente viria acontecer.

Além da questão das vagas para o ensino fundamental, temos problemas seríssimos, principalmente numa cidade como São Paulo, que dizem respeito à escolarização das crianças de 5 a 7 anos. De 1 a 4 anos temos as creches, mas para as crianças de 5 a 7 anos, ou seja, o período de Educação pré-escolar, não temos escolas que as atendam.

O Estado não ignora que mais de 30% das famílias atuais têm como fonte de renda o trabalho feminino. E especialmente as mulheres conseguem fazer jornada dupla e até

tripla, ubíquas ainda não conseguiram ser; estar com filho em casa e no trabalho é uma tarefa que permanece impossível.

Vale a pena falar ainda sobre como este sistema funciona para grande parte da população. Mesmo com o advento, principalmente para as classes de baixa renda, do Plano Real, a maioria da população que frequenta a Escola Pública e que luta por esta escola vive numa situação de pobreza. As escolas fazem entrevistas completas com os pais, portanto, a escola tem o perfil sócio-econômico de sua clientela. Ter esta informação e não ter parece ser o mesmo uma vez que as listas de materiais escolares são absolutamente delirantes. A família de baixa renda que comprar esta lista de material toda vai ter que comer o material escolar ou não comer nada, pois o custo é muito alto. Chega-se ao despautério de pedir materiais como blocos de papéis especiais e nem pensam em usar, por exemplo, o verso dos papéis dos microcomputadores, o que seria gratuito. Além de tudo, arrematam esta rotina escolar marcando reuniões de pais em horários tais como, quarta-feira às 10h da manhã, quando está escrito no prontuário das crianças que os pais trabalham. Todos sabemos quão grave é a questão do desemprego e uma classe que vive numa situação de penúria não se arrisca a perder o emprego. Esta atitude - falta nas reuniões de pais- é interpretada pela escola como falta de interesse dos pais pela escolarização de seus filhos.

E resta a questão, deixada intencionalmente para o final, que é a da avaliação, conforme é proposta atualmente pelos professores. Ainda se pratica um tipo de avaliação em que o professor está mais interessado em verificar o que o aluno não sabe ao invés de verificar o que o aluno sabe. A situação de avaliação é extremamente delicada para um professor que não tenha claro o que é ensino fundamental, o que é escola de 1o. grau, qual o papel de sua disciplina em relação às demais e o papel da Educação em sentido amplo, qual é seu papel como professor, enfim, fatores que podem ser motivos para o insucesso de qualquer intenção democratizadora que haja numa política educacional bem intencionada.

O que se afirmou não significa, naturalmente, que a culpa é do professor, mas sim que o sistema, quando planeja propostas, não pondera sobre o funcionamento das mesmas, não reconhece que existe um professor que tem um pensar sociológico, um pensar antropológico, um pensar filosófico independente de sua especialidade. É disto que menos se cuida, da questão da mentalidade do professor. Todos os preconceitos, as idéias sobre povo brasileiro, nordestino, negro e pobre costumam passar pela Universidade sem sofrer um arranhão, porque o conteúdo curricular é sempre muito extenso e não se privilegia a discussão de questões como essas.

Os estudantes são levados, então, a acreditar que para ser um bom professor é preciso saber bastante sobre a sua área e pouco ou nada mais que isso. Será mesmo? Conhecemos muita gente que sabe bastante de determinado tema, mas não é capaz de ter uma relação pedagógica minimamente adequada com o outro e, por outro lado, conheço quem não sabe tanto do mesmo tema, mas é capaz de acompanhar o outro numa situação de aprendizagem.

É fundamental, para licenciandos, conversar muito sobre a própria experiência, para se conscientizar sobre o fato de que, muitas vezes, a escola não acolhe o saber que o aluno traz. Porque quando um aluno chega à escola não é seu primeiro dia de vida, ele teve até aquele momento uma vida altamente significativa que muitas vezes não é levada em conta pela escola. O currículo escolar ficaria enriquecido com o que acontece na vida do aluno fora da escola.

Às vezes, a situação chega a ser dramática, neste ponto. Em certa ocasião, fomos chamadas para atender um caso de um aluno de 1a. série, que fazia esta série pela terceira vez. Segundo a avaliação da professora, esta criança tinha problemas de psicomotricidade fina, não realizava algumas das atividades propostas, não escrevia com letra cursiva etc. Verificamos que a professora desenvolvia seu trabalho com exercícios gráficos no caderno do aluno, o que freqüentemente é um exercício desinteressante para uma criança normal; é treinar para coisa nenhuma. Fomos à escola, que era cercada de grades, correntes etc. Um problema com uma chave torta nos impedia de abrir o cadeado do portão da entrada da escola. Enquanto lutávamos, juntamente com a professora e a diretora, um aluno andava em cima do muro de um tijolo só, o que não é nada fácil, e quando nos viu, veio em nosso socorro e prontamente abriu o cadeado. A professora em seguida me disse em voz baixa: “É esse o aluno com problemas de psicomotricidade”.

Na maior parte das vezes o que acontece é que a situação de sala de aula não é estimulante, sendo até uma tortura para o aluno e se este aluno possuir um pouco de imaginação, se ocupará com o seu mundo interior e o professor ficará falando sozinho. Nas coisas mais banais, vemos como o professor trabalha como se fosse o seu próprio inimigo. Por exemplo, o professor reclama que o aluno não lê, há milênios se fala nisso, mas raramente um aluno tem a oportunidade de ver um professor carregando um livro ou mesmo citando a passagem de um livro, mostrando que aquele livro ele conhece bem, está todo rabiscado, fichado etc. E quando propõe uma leitura, coloca o nome do livro e do autor na lousa e a sentença: dia tal eu vou cobrar a leitura do livro. Como consequência, ocorre o mercado negro de resumo, resenha etc.

Para concluir, mencionemos outro grave problema que permeia os demais aqui discutidos: trata-se da ocorrência de transformações no conceito de família. A escola não acompanhou o processo de mudança que ocorreu nas famílias, e continua lidando com estas como se fossem aquelas famílias que existiam a na década de 50/60; os modelos que foram transmitidos para os professores ainda funcionam com um ideal. Que tipo de família a escola pensa ser a de sua clientela? É a família constituída por pai, mãe e por seus pequenos filhos, é este o modelo de família que a escola supõe ser a de sua clientela. Mas como é a família de hoje? O que tem a ver com uma foto de um álbum de décadas atrás? O quadro familiar mudou e mudou rapidamente.

Note-se que não foi usado qualquer adjetivo para descrever esta mudança. Não dissemos que mudou para melhor ou para pior, mas a escola considera esse tipo de família desestruturada, desorganizada. Na verdade, se fizemos um levantamento da situação familiar do próprio quadro docente, a situação é igual. Podemos dizer que a escola desconhece a família com a qual está falando, e a família por sua vez também não sabe com que escola está falando.

A questão é, no entanto, quem tem tempo, lugar e profissionais qualificados para administrar esta relação comprometida em favor do aluno? Essa responsabilidade é, basicamente, da Escola e somente desta forma ela poderá ter a parceria desejada com a família. Caso contrário, quem vai pagar esta conta são as crianças que terão seu processo de escolarização punido por reprovações que, muitas e muitas vezes, acabam sendo encaminhadas para atendimento psicológico ou psicopedagógico, quando, na verdade, constituem problemas criados na escola e nesta instituição deveriam ser resolvidos.